



## AVISO n.º POCH - 67-2016-02

Convite para apresentação de candidatura

### Formação contínua de docentes e gestores escolares

Alteração-Revisto em 2017-07-28: Ponto 9.2 \*

Programa Operacional Capital Humano (PO CH)		
<b>Eixo Prioritário</b>	<b>4</b>	<b>Qualidade e inovação do sistema de educação e formação</b>
<b>Prioridade de Investimento</b>	10.i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e formação
<b>Objetivo Específico</b>	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação
<b>Fundo Estrutural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundo Social Europeu</li> </ul>	
<b>Indicador de Realização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participantes em ações de formação de docentes e outros agentes de educação (n.º)</li> </ul>	
<b>Indicadores de Resultado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participantes que concluíram ações de formação de docentes e outros agentes de educação (%)</li> </ul>	
<b>Tipologia de Intervenção</b>	67	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior
<b>Tipologia de Operação</b>	4.2	Formação contínua de docentes e gestores escolares
<b>Período de Candidatura</b>	<b>Data de abertura</b>	27 de junho de 2016
	<b>Data de termo</b>	20 de dezembro de 2016, até às 18H00

\*Alterações sinalizadas no documento a sombreado.



# Conteúdo

9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR .....	2
---	---

## 9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

### 9.1. Elegibilidade dos beneficiários

(Anterior redação).

### 9.2. Regras de financiamento

Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são elegíveis as despesas efetivamente realizadas e pagas, antes da aprovação das candidaturas que as integram, desde que tenha ocorrido a partir de 1 de janeiro de 2014.

As despesas a imputar à operação deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, incluindo as que respeitam a encargos com formandos, em particular os previstos no art.13.º, nos termos expressamente vertidos na alínea f) do n.º7 do art.33.º da Portaria n.º60-C/2015, de 2 de março, na redação conferida pela Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro, conjugada com o art.3.º da Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro.

Os valores relativos a propinas, matrículas, inscrições ou outras taxas constituem receitas dos cursos financiados, a ser deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Em anexo, republica-se o Aviso n.º POCH nº 67-2016-02.

Lisboa, 28 de julho de 2017

**Programa Operacional Capital Humano**  
O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo